

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: VÍNCULOS ESPACIAIS ENTRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O CAPITALISMO COGNITIVO

Autor: Horacio Nogueira Pizzolante

Filiação institucional: Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

E-mail: hpizzolante1@gmail.com

RESUMO:

Investigamos os vínculos espaciais que conectam a metropolização do espaço à globalização e à reestruturação produtiva do capitalismo. No atual contexto de desenvolvimento do modo de produção capitalista, as novas tecnologias de informação e comunicação e as melhorias significativas nos meios de transporte – elementos fundamentais da consolidação do processo de globalização – não só reestruturam o processo produtivo, como também engendram metamorfoses sociais e espaciais inéditas. A transição da primazia do capital industrial ao financeiro também é constatada a partir da primazia do conhecimento e da informação no processo produtivo, caracterizando o assim chamado capitalismo cognitivo. Analisamos os processos de globalização e reestruturação em associação direta com o processo de metropolização (do espaço), o que significa que consideramos que os fundamentos e os efeitos (espaciais, portanto, sociais, políticos, econômicos e culturais) destes três processos são indissociáveis uns dos outros.

Palavras-chave: Metropolização; espaço; reestruturação; globalização; capitalismo cognitivo.

GT – 09 – MetrÓpole, metropolização e a dinâmica espacial contemporânea

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros anos do século XXI autores já constatarem que o agravamento da reestruturação produtiva do capitalismo (iniciada nos anos de 1970) apoia-se na produção do conhecimento, da informação, da comunicação, assim como nos “serviços relacionais (educação, cuidado, assistência), mas também nos ofícios artísticos, na moda, no design, na publicidade” (GORZ, 2005, p. 33), portanto, na primazia do trabalho imaterial. Deve-se a isto o fato deste momento ser denominado capitalismo cognitivo. Também são representativas deste

período a constituição de redes técnicas e a prevalência do capitalismo financeiro, mesmo que não implique em rompimento com a dimensão material da produção.

Evidentemente não negamos a existência do trabalho material, nem mesmo sua relevância, apenas reconhecemos que o trabalho imaterial se tornou preponderante no atual momento histórico. Para que possamos compreender os novos vínculos espaciais que emergem entre as metamorfoses na hierarquia urbana global, nas relações de trabalho e na reprodução das relações sociais de produção no atual momento histórico, trabalharemos com o processo de metropolização do espaço e com a tríade de processos globalização, reestruturação, metropolização (LENCIONI, 2017).

Como veremos, o espaço é medular neste contexto, uma vez que a produção e a reprodução do capital assumem cada vez mais vínculos espaciais. Nosso foco será nas consequências diretas e indiretas da reestruturação produtiva do capitalismo cognitivo e da informática para a produção contemporânea das metrópoles, especialmente no que concerne ao arrefecimento da importância do trabalho material em detrimento do trabalho imaterial – processo acelerado desde o início da pandemia do coronavírus (Sars-Cov 2), em março de 2020.

Vivemos em um mundo desigual e contraditório, e muitas dessas desigualdades e contradições espaciais foram exacerbadas pela pandemia do coronavírus (Sars-Cov-2). Portanto, nosso principal objetivo nesta monografia será analisar os vínculos espaciais que existem entre a reestruturação produtiva do capitalismo, a tecnologia da informação e o capitalismo cognitivo para a consolidação do processo de metropolização do espaço. Em se tratando de uma monografia, indicamos como nosso objeto de análise a reestruturação produtiva do capitalismo, observada a partir do primado do trabalho imaterial e do capitalismo cognitivo, como evidência do processo de metropolização do espaço. Por fim, mas não menos importante, apresentamos a seguir a questão norteadora da presente monografia: quais são os vínculos espaciais existentes entre a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista e a primazia do trabalho imaterial que evidenciam o processo de metropolização do espaço?

Partimos da compreensão de que o espaço é um produto e também produtor das relações sociais (LEFEBVRE, 2000). Portanto, é evidente que as mudanças na estrutura social, que vêm ocorrendo a partir das mudanças do modo de produção capitalista, ensejam metamorfoses

espaciais. Ao conceituar a metropolização do espaço, a geógrafa brasileira Sandra Lencioni (2017) fala em metamorfoses (em detrimento de transformações), pois envolve a mudança das formas urbanas, mas também das funções e estrutura – envolvendo, assim, o espaço e as relações sociais que nele ocorrem e que o produzem. A análise conjunta das metamorfoses das formas, funções e estrutura é indispensável, uma vez que estes três elementos formam uma tríade.

Assim como já sinalizamos ao indicar o tema de referência da presente monografia, analisaremos a relação entre a reestruturação produtiva do capitalismo (e, portanto, do mundo do trabalho) a partir de uma perspectiva espacial e, particularmente, metropolitana. Para tanto, dialogaremos tanto com autores que analisam a reestruturação produtiva do capitalismo a partir do enfoque do capitalismo cognitivo (ou cultural-cognitivo, como prefere Scott, 2007) e com outros que analisam o processo de metropolização do espaço (como é o caso de Lencioni e Faburel, entre outros autores).

É preciso ressaltar desde o princípio de nossa argumentação a potência do conceito de metropolização do espaço para compreender o atual estado de desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua reprodução, assim como sua relevância para a ciência geográfica, uma vez que, a partir deste conceito, conseguimos superar as representações e apreender as metamorfoses espaciais e sociais em curso. O processo de metropolização do espaço é, evidentemente, um processo espacial. A afirmativa tautológica tem por intenção ressaltar que o processo está em constante movimento de reestruturação, assim, como sua dimensão espacial. Ou seja, a reprodução do capitalismo neoliberal contemporâneo baseia-se na permanente reestruturação da produção, ação que não só tem consequências espaciais, mas que está fundamentada na produção do espaço. Defendemos essa ideia a partir de Lencioni (2019), que indica como toda reestruturação produtiva (do modo de produção capitalista) envolve, inevitavelmente, uma reestruturação do espaço e do tempo. E que nesse caso, a reestruturação do espaço é tão acentuada que precisamos de um conceito como o de metropolização do espaço.

Além da presente introdução, a monografia possui duas seções de desenvolvimento e as considerações finais. Na próxima seção (2), intitulada ‘Reestruturação produtiva, inovação e capitalismo cognitivo’, apresentamos a noção de capitalismo cognitivo como um aprofundamento do capitalismo neoliberal a partir da análise da reestruturação produtiva e do

conceito de inovação. Na seção subsequente (3), intitulada ‘Metropolização do espaço, globalização e reestruturação’, demonstramos como a dimensão espacial e a escala metropolitana são partes fundamentais do processo de reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo. Finalizamos com as considerações finais, momento em que ponderaremos a aceleração de certas metamorfoses espaciais e produtivas foram aceleradas devido à pandemia do coronavírus (causador da doença Covid-19), que teve início no mês de março de 2020.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, INOVAÇÃO E CAPITALISMO COGNITIVO

Para que possamos desenvolver devidamente nossa análise sobre a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, é necessário que principiemos por explicar o que entendemos por reestruturação produtiva. Como indica Sandra Lencioni, “no caso da palavra ‘produtiva’, trata-se de uma adjetivação que indica que se está falando da produção como elemento determinante da reestruturação” (LENCIONI, 2017, p. 181). A autora ainda indica que, etimologicamente, reestruturação “é derivada da palavra estrutura, significando estruturar de novo” (idem), o que denota seu caráter processual. Somado a isto, indica como a noção de reestruturação deve ser aplicada a partir da tríade estruturação – desestruturação – reestruturação, que “se constituem num único movimento” (LENCIONI, 1998, p. 4).

E vai além, ao enunciar como a noção de reestruturação deve ser aplicada em conjunto com outras. São elas: “A noção de forma, função e conteúdo, a concepção de totalidade como totalidade dialética, a percepção da realidade com suas múltiplas temporalidades e um procedimento que busca distinguir e, não, isolar os elementos da análise.” (LENCIONI, 1998, p. 3). Não é coincidência que tenhamos indicado apontamentos similares quando trouxemos a definição das noções de metamorfose e reestruturação, ambos por Lencioni (1998; 2017), uma vez que, nos dois momentos, a autora se remete à tríade forma – função – estrutura.

Por sua vez, a partir de Sandra Lencioni (1998), Juliana Luquez (2016) apresenta uma síntese interessante dos usos e adjetivações do conceito de reestruturação, listando oito versões entre diversos autores. Destas, destacamos duas com as quais iremos dialogar mais profundamente: as noções de reestruturação produtiva e de reestruturação urbano-industrial. Não as consideramos separadamente, somente seguimos a denominação aplicada por cada autor. Até

mesmo porque a noção de reestruturação urbano-industrial adiciona a dimensão urbana (portanto, espacial) à noção de reestruturação do capitalismo industrial, marcando a transição à primazia do capital financeiro.

Analisando a reestruturação produtiva do capitalismo, Giovanni Alves (2007) diferencia as inovações do processo de produção capitalista entre interiores (organizacionais; tecnológicas; sócio metabólicas) e exteriores (econômicas e geoeconômicas; político-institucionais; culturais). Apesar de se concentrar no estudo das inovações internas à reestruturação produtiva, a análise de Alves muito nos interessa por três motivos. Primeiramente, por deixar claro como a relação entre as inovações organizacionais da produção com as inovações organizacionais e tecnológicas possibilitou a expansão do modo de produção capitalista (em fase que denomina toyotismo) a nível global. Em segundo lugar, porque o autor demonstra como a reestruturação das relações sociais de produção fundamenta-se em uma nova subjetividade do trabalho, disseminada a partir do discurso ideológico neoliberal do autoempendedorismo: trata-se das inovações sócio metabólicas. Em outras palavras, o autor só divide didaticamente em três as inovações internas da reestruturação produtiva do capitalismo (neoliberal ou toyotista, como prefere Alves), pois em sua exposição fica evidente a coerência interna de tais inovações. Por fim, mas não menos importante, porque Alves (2007) usa corretamente o conceito de inovação para analisar a reestruturação produtiva.

Discernindo invenção de inovação, a geógrafa brasileira Regina Tunes sinaliza que “não basta para que uma invenção se transforme em inovação unicamente a qualidade de utilidade do produto, é necessário também que a inovação atenda aos interesses do capital naquele momento” (TUNES, 2020, p. 112, grifo nosso). Em outras palavras, a diferença entre inovação e invenção está relacionada à inserção ou não na lógica de reprodução capitalista. Uma invenção só se torna uma inovação quando passa a ser usada para a reprodução ampliada do capital, isto é, quando se insere nos processos de valorização (que ocorre no processo de produção de mercadorias) e/ou capitalização (que não possui ligação direta com o processo produtivo).

Na supracitada obra, Tunes (2020) analisa a produção de imunizantes (vacinas) contra o coronavírus (Sars-Cov 2). Não é nossa intenção repetir a argumentação da autora, mas julgamos profícua a relação exposta entre a inovação de produto (a vacina, que ainda não era uma mercadoria, pois não estava pronta) e os processos de valorização e capitalização. Antes mesmo

de ter sido finalizada e, portanto, comercializada, a vacina contra a Covid-19 já era uma inovação (e não somente uma invenção), pois já havia gerado vultosos lucros para as farmacêuticas (empresas de capital aberto nas Bolsas de Valores) produtoras do imunizante a partir do capital financeiro e do processo de capitalização (TUNES, 2020, p. 113).

Justificando a afirmativa que “a inovação é um processo social” (2020, p. 120), Tunes aponta quatro dimensões espaciais fundamentais para que se analise geograficamente o processo de inovação: concentração; territorialização; redes de inovação; desenvolvimento desigual. Em se tratando de análises geográficas, a dimensão mais citada é a concentração espacial – e que pode ser facilmente constatada em diferentes escalas além de ser indissociável da territorialização, assim como da formação de redes de inovação. Aliás, é justamente a (desigual) concentração espacial de diferentes agentes de inovação (como empresas privadas e públicas, universidades e o Estado, que cooperam e competem uns com os outros) o que possibilita a existência das redes de inovação. Nas palavras da autora,

As redes de inovação possuem uma lógica territorial, porque, para sua efetivação exigem recursos do território bastante específicos – as condições gerais de produção da inovação – que tendem a estar concentradas em poucos territórios. Tanto o conhecimento tácito não é facilmente deslocalizável, pois depende das relações de proximidade, como a infraestrutura territorial que possibilita a reprodução do capital inovador tende a ser extremamente desigual. (TUNES, 2020, p. 126, grifo nosso).

A citação acima nos interessa por dois motivos: primeiro, porque sintetiza satisfatoriamente as relações entre as quatro dimensões da inovação. Segundo, porque faz referência ao conceito marxista de condições gerais de produção, empregado na ciência geográfica por Sandra Lencioni. Julgamos que este conceito é central para a análise geográfica das metamorfoses espaciais que são tanto fundamentos quanto decorrências da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo. Apesar do conceito de condições gerais de produção não ser explicitamente usado por nenhum dos autores a que recorreremos para tratar da noção de capitalismo cognitivo, também julgamos que contribua para nossa explanação desta noção.

Não são poucos os autores que já identificaram a relevância do conhecimento para a reprodução ampliada do capital nos dias de hoje. É nesse sentido que apresentaremos brevemente a noção de capitalismo cognitivo a partir de três perspectivas diferentes, porém complementares. Por um lado, Antonella Corsani (2003) argumenta que, a partir das possibilidades de cooperação trazidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, o processo de inovação e de

produção de conhecimentos altera a própria estrutura do capitalismo (CORSANI, 2003). A autora resume sua interpretação do capitalismo cognitivo com o enunciado “a produção de conhecimentos por meio de conhecimentos” (CORSANI, 2003, p. 17).

Por outro lado, para marcar as diferenças existentes entre o capitalismo contemporâneo e aquele da era industrial, o economista Ladislau Dowbor (2020) afirma que o atual modo de produção capitalista é informacional e que vivemos a era do conhecimento. Apesar de adjetivar o capitalismo como informacional (e não cognitivo), as metamorfoses no modo de produção capitalista às quais se refere Dowbor são as mesmas analisadas por Corsani (2003) e por Scott (2014), isto é, ele enfatiza o destaque assumido pelo conhecimento para a reprodução ampliada do capital. O autor ainda indica que a terra foi central para a sociedade agrária, as máquinas para a sociedade industrial e, agora, o conhecimento é central para a sociedade de mesmo nome (Dowbor, p. 23). Nesse sentido, é de fundamental relevância que retomemos uma observação feita por Sandra Lencioni (1998) a respeito da reestruturação produtiva do capitalismo:

As formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento. Tornam-se, sim, subordinadas face ao desenvolvimento dessas novas formas que reestruturam tanto a sociedade como o espaço. (LENCIONI, 1998, p. 5).

Enquanto Dowbor fala em transformações do capitalismo, preferimos falar em metamorfoses (por motivos já expostos anteriormente), o que não prejudica em nada o diálogo com o autor. Contudo, há um ponto fundamental em que divergimos de Ladislau Dowbor (2020): o autor desconsidera a dimensão espacial ao analisar as particularidades do modo de produção capitalista contemporâneo, que denomina informacional. O descuido conceitual em relação à dimensão espacial é ainda mais evidente no subcapítulo ‘Uma redefinição do espaço e do território’ (DOWBOR, 2020, p. 33-34), no qual o autor tece um breve comentário a respeito da aceleração dos fluxos financeiros, de informação e de comunicação, assim como da reconfiguração das atribuições (e perda de soberania) dos Estados Nacionais em detrimento do capitalismo financeiro e de grandes corporações. Ou seja, desconsidera a multiescalaridade do espaço, assim como sua importância para a compreensão dos processos de globalização e reestruturação. Apesar disso, nos parece evidente que o espaço (em todas as suas escalas) é absolutamente essencial para o capitalismo cognitivo (ou informacional, como prefere Dowbor).

No que lhe diz respeito, Allen Scott (2014) analisa as transformações do espaço urbano a partir da dimensão cultural-cognitiva do capitalismo contemporâneo. Compartilhamos da posição do autor, que argumenta que as metamorfoses espaciais das metrópoles estão diretamente associadas à disseminação e consolidação da dimensão cultural-cognitiva da produção capitalista. O autor indica que, nos dias de hoje, as metrópoles “empenham-se explicitamente em promover sua condição de cidades criativas e centros globais da nova economia cultural-cognitiva” (SCOTT, 2014, p. 27). Apesar de Scott se referir apenas a cidades da América do Norte, Europa e Ásia, sabemos que metrópoles da América Latina (de onde escrevemos) e da África também se inserem – mesmo que desigualmente – nesta mesma lógica. Ainda nas palavras do autor,

O inerente dinamismo econômico desses sistemas alicerça-se nas propensões para o aprendizado e a inovação que tão frequentemente caracteriza as densas tramas de interação humana. Esses fenômenos constituem o motor principal do crescimento e desenvolvimento urbanos. (SCOTT, 2014, p. 12, grifo nosso).

Destacamos, na citação acima, a expressão ‘interação humana’, pois as relações sociais são, no contexto do capitalismo cognitivo, ainda mais centrais para a reprodução ampliada do capital que eram em fases anteriores. Tanto por conta da importância do saber e do conhecimento, quanto por outras dimensões do trabalho imaterial, como o cuidado e a assistência (GORZ, 2005).

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

A análise dos vínculos existentes entre a reestruturação produtiva, o capitalismo cognitivo e a produção do espaço será aprofundada na atual seção subsequente, na qual conceituaremos o processo de metropolização do espaço. Para tal, retomaremos a afirmação aparentemente tautológica de Henri Lefebvre que inicia o livro ‘A produção do espaço’: “o espaço (social) é um produto (social)” (LEFEBVRE, 2000). Ao destacar a noção de produção do espaço, o autor nos indica que o espaço não é somente passivo, um receptáculo ou um palco onde ocorrem as práticas sociais, ressaltando a importância de analisarmos o espaço para além de sua dimensão formal, portanto, para além de suas representações. Além disso, a noção de produção do espaço nos remete à ideia de processo, de movimento e de abertura. Considera o passado, o presente e o devir (futuro) em conjunto, como uma tríade. É importante destacar novamente que nossa concepção de espaço é multidimensional e também multiescalar. Significa dizer que

buscaremos analisar as relações das dimensões política, econômica, social e cultural na produção do espaço, sempre levando em conta que toda ação, reação e interação gera consequências em diferentes escalas, assim como é pautada por relações de poder, ideologias e por representações.

A noção de futuro como devir também nos é primordial, uma vez que nos remete diretamente à característica processual (e aberta) da produção do espaço. Assim, ao pensarmos no que é porvindouro, devemos sempre considerar sua multiplicidade de possibilidades, sem, com isso, negar a importância do passado. Seguindo o método regressivo-progressivo, aplicado por Henri Lefebvre e pelos situacionistas (HESS, DEULCEUX, 2009, p.71), devemos iniciar a análise pelo objeto virtual (no nosso caso, a metropolização do espaço), retornar ao momento presente e só então ao passado, buscando desvendar as condições que possibilitaram e moldaram o estado de coisas atual: “O futuro iluminou o passado, o que nos permitiu examinar e situar o realizado.” (LEFEBVRE, 2019, p. 39), o que diferencia a filosofia da metafilosofia (HESS, DEULCEUX, 2009, p. 74). Com isso, Lefebvre busca esquivar-se das ilusões das representações construídas na vida cotidiana – subjugada ao modo de produção capitalista e à reprodução das relações sociais de produção –, retornando posteriormente ao momento atual e também ao virtual, agora já elucidado. Trata-se de...

Um duplo movimento [que] impõe-se ao conhecimento, desde quando existem tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo). (LEFEBVRE, 2019, p 39).

Contudo, não há uma simples passagem direta do cotidiano ao objeto virtual, devido, segundo Lefebvre (2019), ao ‘campo cego’. Tal ‘cegueira’ refere-se à tentativa de analisar um campo novo (o objeto virtual, ainda não realizado) a partir de conceitos (lógicas de interpretação) de outros tempos, portanto, limitadas e incapazes de abarcar o porvir. A constituição do referido ‘campo cego’ tem uma forte carga ideológica capitalista, uma vez que esta é parte fundamental da formação das representações. Analisando a realidade em que viveu, Lefebvre (2019) indicou que a realidade urbana (objeto virtual que vislumbrou) era ocultada tanto pelo rural quanto pelo cotidiano industrial – em coexistência, naturalmente. A ‘cegueira’ é justamente a redução do urbano (metropolitano) ao industrial, o que atende à lógica da reprodução capitalista.

Qual seria, então, a diferença da nossa argumentação para a de Henri Lefebvre? Evidente que sua base teórica e metodológica nos é muito cara, mas consideramos que a partir da reestruturação produtiva, seja no que concerne às metamorfoses internas ao processo produtivo (com a passagem da preponderância do trabalho material – industrial – ao trabalho imaterial – associado ao conhecimento) e também externas (caracterizando o processo de globalização, com o aperfeiçoamento dos meios de transporte e o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação associadas à inteligência artificial e ao 5G, entre outros).

Ao discutir o processo de metropolização, o geógrafo francês Guillaume Faburel (2018) resgata a noção de desenvolvimento na obra do filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis, que justamente guarda proximidade com a abordagem de Henri Lefebvre. Para Faburel,

O conceito de 'metropolização' segue a mesma lógica do 'desenvolvimento': nunca designou uma virtualidade simples, mas caracteriza uma realidade em ação. Os dois termos servem assim para legitimar ex post um projeto político implementado sem nenhum debate prévio sobre o fim e os meios para alcançá-lo. (FABUREL, 2018, p. 121. Tradução nossa).

O livro supracitado nos interessa, pois, em linhas gerais, há convergências e também divergências entre a perspectiva de Faburel e a nossa: 1- os conceitos: o autor também trata do tema das metrópoles e do conceito de metropolização, porém Faburel não chega a se referir ao processo de metropolização do espaço – ainda assim, as aproximações são possíveis; 2- o contexto: análise de Faburel (2018) parte de uma realidade que é, concomitantemente, próxima e distante da nossa: sua análise parte de Lyon (França, Europa), onde habita, mas sempre frisa que objetiva produzir uma análise multiescalar – o que é deveras importante, afinal, compreender as similaridades e diferenças do processo de metropolização do espaço em diferentes lugares do mundo é indispensável para que possamos entender o processo em suas particularidades locais e regionais.

Além disso, nos interessam as associações que Faburel propõe entre o capitalismo em suas dimensões material e imaterial e o vislumbre de alternativas a este mundo, ressignificando o espaço-tempo da metrópole:

A 'nova' era de intensificação dos fluxos (notadamente de capital) responde a novas áreas de polarização pela hiperconcentração que são as cidades empreendedoras. É a supermodernidade urbana, com suas políticas de sujeito e seu condicionamento das práticas e condutas a fim de fazer aceitar os fantasmas individuais criados e sustentados pelo mercado (desempenho e fruição). É a metropolização como fato

social total do capitalismo infraestrutural. (FABUREL, 2018, p. 120. Grifos nossos. Tradução nossa).

Considerar a metropolização como fato social total do capitalismo contemporâneo implica afirmar que este processo influencia diretamente as diversas esferas da sociedade, sejam estas sociais, econômicas, políticas, culturais, jurídicas ou religiosas. Tal afirmação indica como o as relações capitalistas de produção se expandiram para todas as relações e dimensões da vida cotidiana e também para todo o espaço (e não somente às cidades). De maneira alguma associamos o espaço exclusivamente à dimensão material e as relações sociais, ou práticas espaciais, exclusivamente à dimensão imaterial, uma vez que é absolutamente impossível dissociar tais termos. Tendo isso em vista, Faburel apresenta – com foco na França, país sobre o qual escreve – algumas importantes consequências do capitalismo neoliberal (o autor não chega a usar a noção de capitalismo cognitivo) na produção espaço, no cotidiano e na reprodução das relações sociais de produção.

Ademais, o livro de Faburel nos intriga pelos autores com quem ele (não) faz interlocução. É curioso observar que em nenhum momento haja qualquer referência a Henri Lefebvre, seu conterrâneo. Inclusive, nos parece que há um total desconhecimento, uma vez que Faburel cita uma fala de 2014 do geógrafo francês Jacques Lévy para afirmar que “os territórios rurais serão urbanos (ou não serão)” (LÉVY apud FABUREL, 2018, p. 23) – algo que Lefebvre já anunciava desde a década de 1970 em sua obra *A Revolução Urbana* (LEFBVRE, 2019). Evidentemente, o fato de Faburel não dialogar com Lefebvre não é nenhum entrave para que analisemos sua obra e nos utilizemos de suas contribuições: pelo contrário, isto apenas enriquece ainda mais nossa discussão e evidencia cada vez mais a visão ampla do processo de metropolização do espaço que vislumbramos e analisamos.

Em contrapartida, é a partir da elucidação a respeito do conceito de metrópole que Sandra Lencioni (2017) propõe o conceito de metropolização do espaço (e não somente metropolização), indicando que “embora o conceito de metrópole se relacione ao de cidade, o de metrópole se relaciona ao de espaço. Portanto, quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo relativo ao espaço, e não à cidade.” (LENCIONI, 2017, p. 202, grifo nosso). Ao nos aprofundarmos nas consequências teóricas e metodológicas implicadas pela citação acima, é necessário frisar que a palavra metropolização (oriunda da junção da palavra metropolizar com o sufixo ação, que indica justamente a ideia processual de uma ação e seus

efeitos) é um neologismo, ou seja, é uma palavra nova derivada de uma já existente, com um novo significado. No caso do conceito de metropolização, de um processo espacial e que não se limita às áreas metropolitanas (LENCIONI, 2017).

Ainda de acordo com Lencioni (2017), o processo de metropolização do espaço “é imanente ao processo de globalização, ou seja, faz parte constitutiva dele, embora não se restrinja a essa fase do capitalismo” (LENCIONI, 2017, p. 41). Esse destaque é importante, pois nos permite mais uma vez enfatizar as metamorfoses espaciais em curso, dado que ambicionamos investigar os sentidos, as decorrências e os vínculos espaciais da atual reestruturação produtiva do capitalismo.

A imbricação entre os processos de globalização, reestruturação e metropolização é tão expressiva que, para Lencioni (2017, p. 50), eles compõem uma tríade – o que significa dizer que não há hierarquia entre os três elementos que a integram, assim como não há um termo que não esteja em interação com os outros dois. Ademais, somente podemos falar em sobre-determinação, jamais em hierarquia ou gradação entre os termos. Em nossa análise, por motivos metodológicos, ora privilegiamos um dos elementos que integram a tríade, ora outro, mas sempre com maior destaque à metropolização do espaço – o que não implica que este termo possa ser estudado separadamente dos demais.

Evidentemente, os processos da tríade globalização, reestruturação e metropolização ocorrem com mais intensidade (e, portanto, são mais perceptíveis) em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, entre outras. Contudo, é indispensável ressaltar que mesmo as áreas mais distantes das metrópoles (ou seja, as áreas rurais) também estão sendo metamorfoseadas pela ação dos três processos que compõem a referida tríade. Há, nesse sentido, um duplo movimento de concentração e dispersão da metrópole.

A concentração, na metrópole, da indústria de alta tecnologia e da indústria inovadora se deve à necessidade que essas indústrias têm de trabalho qualificado que se faz aí presente, bem como de aproximação com universidades e centros de pesquisa. (...)

Se de um lado, o da centralidade, a metrópole espraiada apresenta uma hierarquia piramidal relativa às várias centralidades, o mesmo não pode ser dito em relação às demais áreas da cidade, pois a configuração da metrópole difusa é, como dissemos, de um arquipélago, cujo tecido urbano é fragmentado. (LENCIONI, 2017, pp. 102-103).

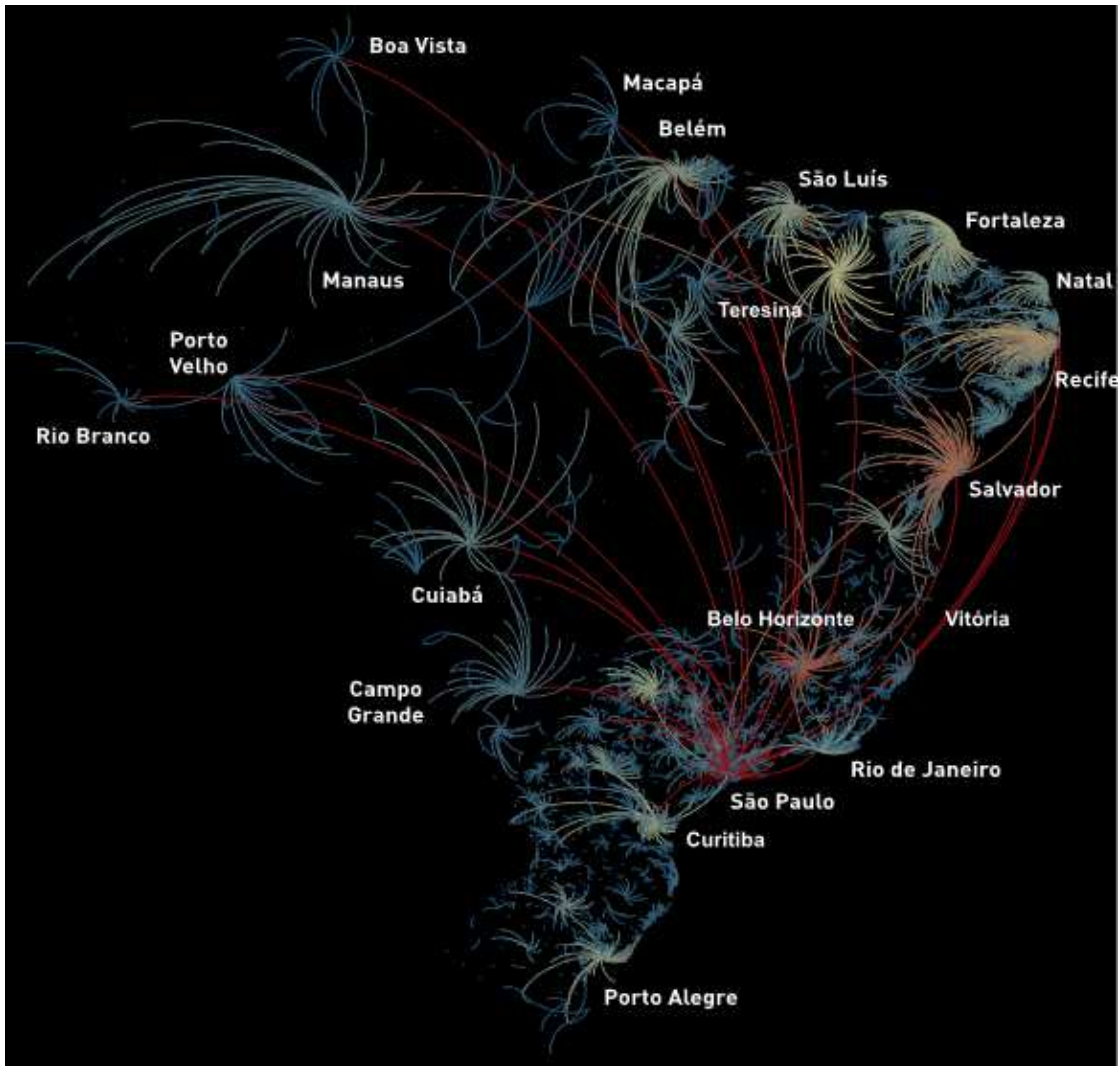
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, analisamos os vínculos espaciais suscitados pela reestruturação produtiva do capitalismo neoliberal, que assume cada vez mais características culturais e cognitivas e depende progressivamente mais da produção do espaço. Para compreender as conexões entre tais processos, nos utilizamos do conceito de metropolização do espaço, denotando a centralidade da ciência geográfica para o entendimento do capitalismo contemporâneo.

Trabalhando nos dias de hoje com os referidos conceitos, é inevitável constatar que a consolidação de determinadas tendências antecipadas por alguns autores foi consideravelmente acelerada desde o início da pandemia do coronavírus (Sars-Cov-2, causador da doença Covid-19), em março de 2020. Referimo-nos, por exemplo, à relevância das novas tecnologias de informação e comunicação para a reprodução do capital – conforme destacado por Corsani (2003) e Dowbor (2020) – assim como os processos da tríade globalização, reestruturação e metropolização.

Analisando o conceito de inovação a partir da Geografia, Regina Tunes (2020) usou como exemplo o profícuo caso da produção de vacinas contra a Covid-19 no Brasil. A autora identificou que há concentração e territorialização neste processo nas cidades de São Paulo (Instituto Butantã) e Rio de Janeiro (Fundação Oswaldo Cruz) devido às “possibilidades de estabelecimento de cooperação com laboratórios das universidades da região, outros institutos de pesquisa, como também infraestrutura produtiva e de circulação de ponta.” (TUNES, 2020, p. 126).

Seguindo o exemplo aplicado por Tunes sobre processo de inovação e a produção de vacinas no Brasil, podemos perceber no mapa a seguir que há, também, concentração e territorialização nas metrópoles no que concerne à busca por tratamento médico especializado para pacientes contaminados pelo coronavírus – mesmo que não se trate propriamente de inovação. Nesse sentido, constata-se que a obtenção dos cuidados médicos necessários para sobreviver à doença não é a mesma em todos os lugares, o que é consequência direta dos desenvolvimentos geográficos desiguais, por ser uma construção social.



Mapa 1: Fluxo de pacientes infectados pelo Covid-19 em busca de tratamento especializado no Brasil durante a primeira onda da pandemia (ainda no ano de 2020). As cores representam o número de pacientes em deslocamento: em vermelho (mais deslocamentos), seguido, respectivamente, de laranja, amarelo e azul (menos). Fonte: NICOLELIS et al. (2021).

Ao longo de nossa argumentação, enfatizamos sempre a pertinência de examinar os processos da globalização e, principalmente, da reestruturação produtiva, sob um enfoque espacial – portanto, tendo sempre em vista o processo de metropolização. Se analisado em conjunto com a supracitada informação trazida por Tunes (2020, p. 126) a respeito da produção de vacinas no Brasil, o mapa acima ilustra os três processos referidos, pois os fluxos representados denotam os vínculos espaciais existentes entre eles e o trabalho imaterial – no caso, a busca por cuidado e assistência médica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaio da sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, G. (org.). Capitalismo cognitivo. Trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DOWBOR, Ladislau. O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

FABUREL, Guillaume. Les métropoles barbares: Démondialiser la ville, désurbaniser la terre. Paris: Éditions le passager clandestin, 2018.

GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HESS, Remi; DEULCEUX, Sandrine. Henri Lefebvre: vie, oeuvres, concepts. Paris: Ellipses, 2009.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução do grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, do original: La production de l’espace. 4ª Ed. Paris, Édition Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LENCIONI, Sandra. Espaço-tempo do capitalismo contemporâneo e a constituição de megarregiões. IN: OLIVEIRA, F. et al (orgs.) Espaço e economia. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

LENCIONI, Sandra. Metrópole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: Encontro de Geógrafos da América Latina VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998, p.1-10.

LUQUEZ, J. Usos e (ab)usos do conceito de reestruturação: adjetivações e sentidos na compreensão da produção do espaço. Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica, n.9, 2016.

NICOLELIS, M.; RAIMUNDO, R.; PEIXOTO, P. et al. The impact of super-spreader cities, highways, and intensive care availability in the early stages of the COVID-19 epidemic in Brazil. Nature Scientific Reports 11, 13001 (2021).

SCOTT, Allen. Capitalism and Urbanization in a New Key? The Cognitive-Cultural Dimension. Social Forces, v. 85, n. 4, 2007.

SCOTT, Allen. MetrÓpole ressurgente: economia, sociedade e urbanização em um mundo interconectado. GEOgraphia, 16(32), 8-37, 2014.

TUNES, Regina. Geografia e inovação. Questões teórico-metodológicas a partir da Economia Política e da Geografia Econômica. In GOMES, M.; TUNES, R.; OLIVEIRA, F. Geografia da inovação: TerritÓrio, redes e finanças. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

TUNES, Regina. Uma abordagem crítica da inovação e do conhecimento na geografia do capitalismo contemporâneo. IN: OLIVEIRA, F. et al (orgs.) Espaço e economia. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.